

## **A condição social do trabalho: o trabalho bancário e foco**

**Raimundo Reis Pereira**\*

### **Resumo**

Este artigo apresentará uma visão panorâmica a respeito da condição social do trabalho e os instrumentos tecnológicos que permitiram a evolução das forças produtivas, perfilando, em seguida, os pensamentos de Marx e marxiano sobre os conceitos acerca da centralidade do trabalho, refletindo no perfil do trabalhador. Inicialmente o estudo procura estabelecer as conexões com o desenvolvimento da organização trabalho e as mudanças do perfil do trabalhador relacionando aos avanços tecnológicos. O desenvolvimento das forças produtivas, em particular dos bancários – abordagem apenas para exemplificar, como um processo inerente ao desenvolvimento da técnica e da tecnologia que possibilitou o desenvolvimento dos meios de produção, porém, reduziu o número de empregos.

**Palavras-chave:** Trabalho, condição social do trabalho, organização do trabalho, trabalho bancário.

---

\* **RAIMUNDO REIS PEREIRA** é mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará e é professor da Universidade do Estado do Pará.

Em um universo social, político e econômico onde as mudanças ampliam a compreensão e a tradução de novos modelos de organização do trabalho, a mudança de perfil do trabalhador acompanha indissolavelmente os modelos totalizantes relacionados ao avanço da tecnologia e aos padrões de organização e gestão do trabalho de reprodução e acumulação capitalista. Marx já indicava em “*O capital*” — sua obra de maior fôlego — que o desenvolvimento da maquinaria concorria significativamente para a diminuição de parte do dia de trabalho da qual o trabalhador precisa para sua subsistência e, a outra parte, o capitalista se apropriava sem pagar ao profissional. Apontava que o objetivo do capital, ao introduzir novas tecnologias era para proporcionar o desenvolvimento dos meios de produção como fim para baixar os custos da produção de mercadorias e meio para produzir mais-valia (MARX, 2006).

Com o fim da cooperação artesanal, a indústria moderna surgiu modelando a divisão social do trabalho tendo como instrumento a maquinaria que objetivava transferir valor ao produto à custa das forças produtivas. As conclusões de Marx estavam baseadas em sua convicção de que a força de trabalho revoluciona o modo de produção da manufatura à indústria moderna, ferramenta manual e máquinas que, com o desenvolvimento da produção, concorreram para o desfecho de uma construção mais complexa para definir o processo produtivo.



Deste modo, se por um lado a produtividade e a mais-valia aumentam com a maquinaria e que a tendência seria trabalhar menos tempo, por outro se percebeu que quanto menos tempo se levava para produzir, mais o capitalista prolongava a jornada de trabalho e, ao mesmo tempo, essas mudanças trouxeram consequências imediatas que afetaram o trabalhador, tornando secundária a força muscular e, ao incorporar o conhecimento do trabalhador na máquina, permitiu a secundarização da ação e da criatividade humana no trabalho.

É justificado que as novas tecnologias empregadas como instrumentos para aumentar a produção é uma realização

evidente. Porém, por mais que maximize a produtividade do trabalho, a maquinaria consegue com o prejuízo do trabalho necessário e com o resultado da redução do número de trabalhadores

empregados. Ou seja, Marx, ao analisar o processo de aplicação da maquinaria na produção capitalista moderna, exalta a situação revolucionária da conquista e a “nova” condição social do trabalho na produção. Entretanto, por outro lado, atesta que a situação desemprega trabalhadores substituídos pelas máquinas. Afirma textualmente Marx:

A aplicação capitalista da maquinaria cria motivos novos e poderosos para efetivar a tendência de prolongar sem medida o dia de trabalho e revoluciona os métodos de trabalho e o caráter do organismo de trabalho coletivo de tal forma que quebra a oposição contra aquela tendência. Demais, ao recrutar para o capital as camadas

da classe trabalhadora que antes lhe eram inacessíveis e ao dispensar trabalhadores substituídos pelas máquinas, produz uma população trabalhadora excedente compelida a submeter-se à lei do capital (MARX, 2006, p.465).

Em outra ordem de efeito, a manufatura moderna que degrada o trabalho humano e introduz a jornada excessiva de trabalho nas fábricas, institui o trabalho em domicílio, constituindo, segundo Marx, uma retaguarda da indústria moderna.

Com os avanços da revolução técnico-científica o trabalho humano foi posto à prova com as constantes descobertas de máquinas que aumentavam a produtividade. Mas, a maquinaria não diminuiu as horas de trabalho, e esse prolongamento, de jornadas intensas, acirrou a luta entre trabalhadores e capitalistas e causou estranhamento entre o trabalhador e as máquinas que eram responsáveis pela diminuição da mão-de-obra empregada. Segundo Marx, “só a partir da introdução da máquina, o trabalhador passa a combater o próprio instrumento de trabalho, a configuração material do capital” (MARX, 2006, p. 488).

As conseqüências da introdução da maquinaria são sentidas também no processo de seleção que não tem exatamente a finalidade de reduzir o número de trabalhadores necessários para a produção, mas a troca de uma categoria de indivíduos por outras, isto é, os mais hábeis pelos menos hábeis. Essas habilidades estão relacionadas com o fim da divisão primitiva manufatureira, que se inicia com o emprego do vapor na maquinaria, acelera o processo produtivo e aprisiona ainda mais o trabalhador em tarefas parciais, eliminando substancialmente a visão do todo no trabalho,

transformando o trabalhador no acessório consciente de uma máquina parcial. E o desenvolvimento das forças produtivas e da maquinaria concorre “acentuando mais a contradição entre a divisão manufatureira do trabalho e a natureza da indústria moderna” (MARX, 2006, 549).

Em longo parágrafo, Marx desvenda o capitalismo moderno e os instrumentos que propiciaram o desenvolvimento na produção. A sua análise do desenvolvimento histórico da produção atesta que o artesanato e a manufatura subordinavam o produtor a um determinado ramo restrito da produção. Já a indústria moderna revoluciona o trabalho decompondo a atividade produtiva em multiplicidade de tarefas, e cada ramo especial da produção encontra uma forma técnica vantajosa. Mas que, por outro lado, lentamente, ao aperfeiçoá-la, cristaliza-se ao chegar à maturidade, o que exige novas descobertas. Porque o interesse é revolucionar a técnica para encontrar uma forma ótima de produção que proporcione ao capitalista maior produtividade com menos custos. Sublinha Marx:

A indústria moderna rasgou o véu que ocultava ao homem seu próprio processo social de produção e que transformava os ramos de produção naturalmente em diversos enigmas, mesmo para aquele que fosse iniciado num deles. Criou a moderna ciência da tecnologia o princípio de considerar em si mesmo cada processo de produção e de decompô-lo, sem levar em conta qualquer intervenção da mão humana, em seus elementos constitutivos (MARX, 2006, p. 551-552).

Como foi mencionada, essa passagem da citação de *O capital*, de Marx, refere-se à contradição que perturba a

tranquilidade e a segurança do trabalhador, expondo-o à ameaça constante do desemprego, pois, a revolução da técnica da qual se refere Marx, tira acentuadamente e gradativamente, ao longo do tempo, os instrumentos de trabalho das mãos dos trabalhadores. Assim sendo, o modelo de produção capitalista aumenta cada vez mais as contradições que opõem o modo de produção e as forças produtivas.

Ora, se a base do pensamento marxista é o trabalho humano que transforma a si mesmo e a natureza, que consequências poderiam causar a introdução de novas máquinas cada vez mais necessárias ao capital e ao aumento da produtividade para gerar mais-valia? O fim do trabalho humano? E, portanto, o fim de seu constructo como categoria elementar da atividade humana e, deste modo, o trabalho perde o sentido central de condição essencial para a integração social.

A centralidade do trabalho ou a sua negação remonta, portanto, debates acalorados que têm constituído dissensões entre vários setores da ação social e de pensadores que construíram, ao longo da história moderna, conceitos que colocam o trabalho sob ângulos de visão e discursos assimétricos. Apresentam a categoria *trabalho* como mediação social ou como conceito que perde a centralidade em função do crescente processo de tecnificação que “elimina o trabalho vivo”. O ponto nodal deste debate registra o momento em que o trabalho transformou-se na



negação da atividade do ser humano como atividade vital, pelo meio do qual este se relaciona com a natureza e se torna gênero para si. Sobre isso Ranieri (2001) sublinha.

Além disso, é por meio do trabalho que Marx desmascara o pressuposto da economia política, que toma o trabalhador como mero instrumento de trabalho e o distancia de sua condição humana; é também pelo trabalho que Marx chega a conclusões acerca do estranhamento em sociedades de formação pré-capitalista, sociedades cujo caráter de exploração e apropriação do excedente está em sintonia com pressupostos econômicos que não é privilégio único do capitalismo, apesar da impossibilidade de generalização absoluta nessas sociedades de tal pressupostos (RANIERI, 2001, p. 30).

Este pressuposto marxiano supera o antagonismo gnosiológico entre sujeito e objeto, trabalho e Ser Humano. Segundo Ranieri (2001, p. 31), o estranhamento humano “que começa no trabalho e termina no dinheiro, só tem sentido e explicação se o próprio trabalho for compreendido no contexto da realização histórica do homem...” Essa relação estrutura o pensamento marxiano promovendo a relação “entre homem e gênero humano, conexão entre trabalho, produção e reprodução da vida, ciência e liberdade”.

Para Marx, o trabalho é fator de classificação diferencial entre o homem e outras espécies animais. Esta questão combina com a ontologia de Lukács que define que a essência do ser social está

no trabalho como categoria intermediária, que possibilita o salto para a humanização do homem como “momento de surgimento do pôr teleológico quanto protoforma da práxis social” (ANTUNES, 2005, p.136).

Neste sentido, o ser social se constitui quando busca a produção e a reprodução de sua vida em sociedade através do trabalho na perspectiva da luta pela existência do ser humano, de tal modo que o trabalho está antecipadamente ideado no ser social em sua consciência. Como afirma Antunes (2005): “É bastante conhecida à distinção marxiana entre a abelha e o arquiteto. Pela capacidade de prévia ideação, o arquiteto pode imprimir ao objeto a forma que melhor lhe prouver, algo que é teleologicamente concebido e que é uma impossibilidade para a abelha” (ANTUNES, 2005, p. 136).

O trabalho como protoforma da práxis social, na formulação marxiana de Lukács, ganha a dimensão de sentido genérico (qualquer trabalho) e abstrato (os sentidos) como produtor de valores de uso, relação intrínseca entre o ser social e a natureza, inicialmente observado o ato por meio laborativo em transformar objetos naturais em coisas úteis. Só mais tarde, o trabalho toma corpo para ampliar-se nas formas desenvolvidas da práxis social. Sendo assim, o trabalho passa de uma ação isolada suprindo necessidades imediatas para depender da cooperação entre muitas pessoas, de onde emerge, apesar da cooperação ainda exercer principalmente o valor de uso em períodos considerados primitivos, para a segunda forma de cooperação social como relação de troca, como observa Antunes (2005).

A segunda forma de posição teleológica, a da esfera interativa, visa atuar teleologicamente sobre

outros seres sociais, o que já apareceu em estágios sociais bastante rudimentares, de que foi exemplo à prática da caça no período pleistocênico. Nessas formas da práxis social, a posição teleológica não é mais dada pela relação direta com a natureza, mas atua e interage junto com outros seres sociais, visando à realização de determinadas posições teleológicas (ANTUNES, 2005, p. 139)

O trabalho como protoforma da práxis social é o resultado de um complexo e incessante processo de alterações no próprio ser social, “a palavra e conceito, linguagem e pensamento conceitual permanecem juntos como elementos deste complexo, o ser social” (ANTUNES, 2005, p.140). A linguagem, nesta visão, faz parte da ação interativa, considerada a ação mais complexa, que acabou assumindo uma supremacia na interação social, justamente por isso, assume, também, na teoria de pensadores como Habermas, segundo Antunes, a substituição da centralidade do trabalho pela esfera comunicacional ou de intersubjetividade, reduzindo o papel do trabalho apenas ao processo de criação de valores.

Sob a visão de Habermas, Antunes discorre o comentário de que a consideração de que o mundo da vida tem “como elementos constitutivos básicos a linguagem e a cultura” e não o trabalho desloca a centralidade do trabalho como atividade central da integração humana. A cultura, onde cada integrante da comunicação nutre a si mesmo e cada participante “com interpretações de como eles chegam do entendimento sobre algo do mundo” (ANTUNES, 2005, p.148).

De outro modo, é fundamental para Habermas, em sua teoria, desacoplar

sistemas e o mundo da vida como estratégias conceituais. Compreende a evolução social como um processo de diferenciação entre sistemas e mundo da vida justamente por servirem para aumentar a complexidade “de um e a racionalidade de outro”. O desacoplamento se dá com o desenvolvimento da sociedade moderna de complexidade sistêmica, “que dá origem ao aparecimento de subsistemas” (ANTUNES, 2005, p.149). Continua Antunes.

Enquanto o sistema engloba as esferas econômicas e políticas voltadas para a reprodução societal, esferas que têm como meios de controle do dinheiro e o poder, o mundo da vida é o locus do espaço intersubjetiva, da organização dos seres em função da sua identidade e dos valores que nascem da esfera da comunicação. A cultura, a sociedade e a subjetividade (...), encontram seu universo no mundo da vida. O desacoplamento entre sistema e mundo da vida só poderá ser compreendido na medida em que se possa apreender as transformações que vêm ocorrendo nas relações entre ambas (ANTUNES, 2005, p.149)

Gorz, outro pensador a discutir questão do trabalho, afirma, com propriedade, que o que chamamos de trabalho é uma invenção da modernidade, que obrigou o trabalhador a parcelizar suas tarefas, apoiado na idéia de que há mais eficácia na produção quando o trabalhador é obrigado a funcionar como máquina, “daí o peso da divisão da organização e método, a partir do qual a burocracia garante o controle minucioso sobre o processo do trabalho” (GORZ, 2003, p. 67). Assim, aponta-se a diferença da prática vital exercida pelos humanos para a garantia da subsistência e para a reprodução individual e coletiva.

Neste sentido, Castel (1998) citando Hannah define a mudança hierárquica do trabalho, na modernidade, que inaugura um novo modelo de sociedade. Até o período feudal o trabalho era uma atividade social e humana desprezível. O início da mudança, postando o trabalho ao lugar de honra, começou no momento em que Locke revela no trabalho a fonte de toda propriedade, e em seguida, quando Adam Smith asseverou que o trabalho é a fonte de toda riqueza; e com Marx o trabalho é colocado no lugar mais alto no sistema de trabalho, que o tornou a fonte de toda produtividade e o transformou como enunciado da própria humanidade do homem.

Estas mudanças, no sentido do trabalho e no mundo do trabalho, são resultados das transformações históricas ocorridas no decorrer do desenvolvimento do modelo de organização social, política e econômica do capitalismo, que ao lado, transformou toda a forma de produção e produtividade. Isso ocorre segundo Soares (1985), porque há vários fatores que concorrem para as variações da produtividade do trabalho que se modifica variando entre múltiplas situações, entre elas o grau de destreza dos trabalhadores, organização do trabalho, nível dos conhecimentos científicos e de suas aplicações tecnológicas e condições naturais. Acentua Soares:

Se a produtividade do trabalho elevar-se, por exemplo, ao dobro, em decorrência da alteração de um ou mais dos fatores mencionados, o valor da mercadoria se reduzirá à metade. Se, ao contrario, a produtividade do trabalho baixar, fazendo com que essa mercadoria necessite, por exemplo, de duas vezes mais tempo de trabalho para ser produzida, o valor desta duplicará. (SOARES, 1986, p. 26)

De outro modo, mesmo com as incongruências do capitalismo, denota deduzir objetivamente que mundo do trabalho exige, novamente, um “novo” tipo de trabalhador, no que se segue pensarmos que o conceito e a prática da condição social do trabalho, na atualidade, criam resistências à ossificação à organização do trabalho. Mas, devemos insistir que essa situação da atualidade do trabalho não significa determinar o seu “fim” enquanto conceito e construção social.

Por tudo isto, faz-se necessário posicionar-se diacronicamente diante dos desafios teóricos que são responder sobre o mundo do trabalho e as particularidades deixadas como um rastro para desafiar os pesquisadores e estudiosos. É o que tentaremos, na nossa investigação, interpretação a partir de conceituações gerais para a específica, responder acerca da reestruturação produtiva e os seus efeitos no trabalho que implicam na mudança de perfil do trabalhador.

Se os valores-de-uso são independentes do benefício e do controle do capitalista, e a sua natureza está na força de trabalho em ação, a mercadoria pode ser qualquer coisa que sirva para o valor-de-uso transforma-se em valor-de-troca, o que se inclui o trabalho bancário e a natureza da mercadoria com que lida, o dinheiro, como valor-de-troca e valor-de-uso que, “no final” opõem forças produtivas e relações de produção.

O que Marx apresenta nos conduz a analisar que a sociedade ainda não resolveu à contradição que se lhes opõem (forças produtivas e relações de produção). Ao contrário, ainda acentuou-se com as recentes descobertas de novas tecnologias e técnicas que secundarizam ainda mais a força e a presença humana nas

atividades produtivas, mas, de outro modo, os capitalistas ainda não conseguiram o seu intento que é substituir plenamente a presença humana no trabalho vivo.

A presença humana no trabalho, a força de trabalho em ação, toma forma de organização especializada apresentada em forma de novos modelos de apropriação do capital. Modelos-sistema que entrou em crises cíclica, manifestando efeitos que redundaram na reorganização do trabalho e possibilitaram a concretização das mutações tecnológicas, modificando os perfis dos trabalhadores através de novas exigências que tornaram híbridos perfis parcelizado com polivalentes e núcleos de organização do trabalho estável com flexibilizados.

A reestruturação produtiva das décadas de 80 e 90 apresenta um novo momento de acumulação capitalista onde se destaca o trabalho bancário como forma cada vez mais desenvolvida e importante do trabalho no processo de reprodução do capital, “como produtor de juros enquanto agenciador das condições de produção capitalista, inclusive das condições de utilização da força de trabalho” (MACHADO, 2004, p.12).

Os bancários inseridos no segmento dos trabalhadores assalariados fazem parte da força de trabalho de produção de mais-valia. Sendo assim, estão na condição de trabalhadores produtivos em termos de qualificação e estratificação do poder de classes sociais. Ou seja, observando pela lente marxista, o lugar do trabalhador bancário no processo social global de produção e reprodução do capital se compõe e se constitui na identidade coletiva com elementos classistas, determinando que os mesmos sejam

produtores de mais-valia e de valores de troca e de uso.

Deste modo, a reestruturação produtiva bancária como processo global insere o trabalho bancário na organização mundial e brasileira da economia e, portanto, definem mudanças nas relações como imposição da nova organização do trabalho. E assim são ativadas mudanças: a) no processo de trabalho; b) nos aspectos relacionados à forma de contratação; c) gerenciamento da força de trabalho; e) e uma nova base tecnológica.

O trabalho bancário deve ser analisado tendo em vista o seu potencial de mediação social e como práxis social, pois o bancário contemporâneo (da modernidade e “pós-modernidade”) extrapola a sua função inicial de controlar e depositar dinheiro para o industrial repor o seu maquinário. A sua função se multifacetou e o seu trabalho se constituiu em exigências polivalentes e multifuncionais. A atividade bancária se metamorfoseou em mercadorias de valor-de-troca e valor-de-uso, uma mercadoria específica aparte de qualquer estrutura social determinada e, de outro modo, a força de trabalho bancário é assalariada, o que lhe dá status de multiplicadora de mais-valia. Como afirmava Marx (2006)

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela trabalhar. Este, ao trabalhar, torna-se realmente no que antes era apenas potencialmente: força de trabalho em ação... Para o trabalho reaparecer em mercadoria, tem de ser empregado em valores-de-uso, em coisas que sirvam para satisfazer necessidades de qualquer natureza. O que o capitalista determina ao trabalhador produzir é, portanto, um valor-de-uso

particular, um artigo especificado. A produção de valores-de-uso não muda sua natureza geral por ser levada a cabo em benefício do capitalista ou estar sob seu controle (MARX, 2006, p.211).

As mudanças da condição social do trabalho dos bancários indicam as mudanças dos perfis alterados com a reestruturação produtiva e colocarão, mais uma vez, o conceito de trabalho sob investigação. Na prática, mobilizando e fragilizando a identidade coletiva dos trabalhadores bancários.

A conclusão nos obriga a retomar a idéia de que trabalho e capital eleva-se a contradição dialética entre salário e capital o que segundo Ranieri (2001),

O trabalho assalariado é trabalho vivo gerador de capital, que por sua vez é trabalho passado que se contrapõe ao trabalho vivo – como o capital é trabalho acumulado, o exercício de seu predomínio ocorre sobre o trabalho e seus produtos, ou seja, opõe-se ao próprio trabalho. Capital e trabalho se opõem, mas não pode existir sem a presença de seu oposto, dado que o capital produz o trabalhador e o trabalhador, o capital (RANIERI, 2001, p.33).

Se a contradição existente entre trabalho e capital não anula o trabalho vivo, como o trabalho poderá perder o seu sentido teleológico? Substituído por outros processos da construção social como a linguagem ou a ação comunicativa? A socialização exige certa hierarquização na condução de como ser um membro da sociedade, o que para Peter Berger e Brigitte Berger (2002), são componentes não-sociais e sociais se agrupam para interiorizar-se nos indivíduos. Obviamente que o trabalho não se apresenta nos estágios primários de socialização, na infância, por exemplo, mas o trabalho permite

que o indivíduo ingresse em novos mundos que estarão presentes na socialização secundária e por mais tempo, relacionando processos primários e secundários e ligando-os às “estruturas complexas do macrocosmo” (PETER e BRIGITTE, 2002, p.181). Portanto, o trabalho numa visão marxiana é o macrocosmo que permite o liame da condição social, isto é, que une socialização primária e secundária.

#### Referências

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?: ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho** / Ricardo L. Antunes. – 10. ed. – São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**/Robert Castel; tradução de Iraci D. Poleti – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- GORZ, André. **Metamorfose do Trabalho: crítica da razão econômica** /. André Gorz; tradução de Ana Montoia. – São PAULO: Annablume, 2003.
- MACHADO GOMES, Eduardo. **Reestruturação Bancária e identidade Coletiva: Uma Analise dos Trabalhadores Bancários do Banco do Brasil na década de 1990.** Disponibilizado em: <http://www.cut.org.br>. Acessado em: 21/10/2004.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro I** / Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant' Anna. – 23ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006.
- SOARES, Alcides Ribeiro. **Princípios de economia Política** / Alcides Ribeiro Soares. São Paulo : Global, 1985. (Global universitária: serie economia)
- RANIERI, Jesus. **A Câmara Escura.** São Paulo: BOITEMPO. 2001.